

A TEMÁTICA DA TORTURA DURANTE O REGIME MILITAR BRASILEIRO, NA RELAÇÃO ENTRE A POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL E DOS ESTADOS UNIDOS

FABRÍCIO MARTINS

Mestre em Relações Internacionais
(Programa de Pós-Graduação Santiago Dantas – PUC-SP,
UNESP e UNICAMP)
E-mail: fabríciomail@yahoo.com.br

RESUMO

Com o golpe militar no Brasil em 1964, instituiu-se um novo regime político no país. A tortura foi utilizada como um instrumento de segurança e investigação a despeito dos direitos humanos dos “interrogados”. O objetivo deste trabalho é compreender as influências da política externa norte-americana na institucionalização da tortura. Serão avaliadas a importância do contexto internacional e a história das relações externas entre o Brasil e os EUA, enfatizando seu papel na justificação da repressão.

Palavras chaves: relações externas Brasil / Estados-Unidos, tortura, direitos Humanos, doutrina da segurança nacional.

ABSTRACT

With the military coup d'état in Brazil in 1964, a new political regime was instituted in the country. The torture was used as a security and inquiry instrument, despite of “the interrogated” human rights. The objective of this paper is to understand the influences of the North American foreign politics in the institutionalization of the torture. The importance of the international context and the history of the external relations between Brazil and U.S.A. will be evaluated, emphasizing its importance on the justification of the repression.

Key-words: *external relations between Brazil/ United-States, torture, human rights, doctrine of national security*

A tortura não é desumana, é simplesmente um crime ignóbil, cometido por homens... O desumano não existe, salvo nos pesadelos que o medo engendra.¹

(JEAN PAUL SARTRE)

1 INTRODUÇÃO

Em 1964, ocorreu um golpe no Brasil que depôs o presidente e fechou o Congresso instalando um regime militar. O que era para ser uma ditadura temporária acabou durando longos 21 anos. Todavia, a população civil não ficou acomodada com esse processo. Organizaram-se passeatas, protestos, revoltas, críticas acadêmicas e culturais ao governo, movimentos revolucionários e até mesmo atos de terrorismo. Por outro lado, o governo não ficou inerte perante a oposição, ordenando e(ou) consentindo com um pesado aparato repressivo que incluía: a cassação dos direitos políticos, exílios, desbaratamento de partidos e grupos políticos, mortes, “desaparecimentos” e tortura.

Para Gaspari (2002, p. 129), a tortura se apresentava como o elo entre o regime militar e sua essência repressiva. Ela seria um instrumento ideal a fim de medir a racionalidade para o trato das questões políticas do País, indicando os momentos de “abertura” (brandos em relação à repressão da oposição e de maior participação democrática) e de “endurecimento” (tendências mais totalitárias violentas).

Para o mesmo autor (2002, p. 17),

[...] os oficiais gerais que ordenaram, estimularam e defenderam a tortura levavam as forças Armadas brasileiras ao maior desastre da sua história. A tortura tornou-se matéria de ensino e prática rotineira dentro da máquina militar de repressão política da ditadura.

Entretanto, a tortura não foi um fenômeno de “geração espontânea” da sociedade brasileira. Deve ser entendida dentro de um cenário maior e dinâmico das relações internacionais.

¹ SARTRE, Jean Paul. Uma vitória. Prefácio à edição brasileira de **A tortura**, de Henri Alleg. In: GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 19.

A eclosão do golpe militar se deu no auge da guerra fria. O mundo se via dividido entre os blocos e ideologias capitalista e socialista. O Brasil, componente da área de influencia ocidental, seguia os preceitos capitalistas da política externa norte-americana que o protegiam do perigo comunista. O avanço desse inimigo internacional era entendido como uma ameaça à própria sobrevivência do Estado, e como tal deveria ser atacado com todos os meios possíveis. Por meio da doutrina de Segurança Nacional, esses ideais eram repassados para os países latino-americanos e assim justificavam o pesado aparato repressivo dos governos militares.

O objetivo desse trabalho é compreender a tortura realizada pelas instituições do governo brasileiro nesse contexto e apontar quais foram as influências da política externa norte-americana nesse processo. Para tal, prosseguiremos da seguinte forma. Em primeiro lugar, será apresentado o cenário internacional e doméstico que propiciou o surgimento da tortura como uma política do Estado brasileiro. É preciso compreender como o panorama da guerra fria e o golpe militar traria mudanças de visão e conceitos na sociedade de então. A seguir, será traçado um pequeno histórico das relações externas entre o Brasil e os EUA, abortando essencialmente os tópicos relacionados com o objetivo desse trabalho. Deve-se entender, nesse nível de análise mais amplo, a importância da Doutrina de Segurança Nacional, criada pelos norte-americanos e absorvida pelos brasileiros e seu papel na justificativa da repressão. Por fim, discorreremos sobre a tortura em solo brasileiro, seus objetivos e consequências. Também será dada especial atenção acerca do apoio norte americano mais pontual e específico sobre a tortura, na forma de capacitações aos militares brasileiros e outras formas de apoio logístico da comunidade de inteligência dos dois países.

2 GUERRA FRIA REINVENTA A VISÃO DE MUNDO

Em 1964, dos 122 Estados do sistema internacional, 45 faziam parte do bloco capitalista, 13 eram membros do socialista e 64 neutros. No último grupo, surgia o então Terceiro Mundo (tendência reforçada pelo rompimento da China com a URSS). No cenário da guerra fria, o principal foco de atenção das duas potências mundiais fora deslocado para a Ásia, onde indiretamente EUA e URSS se chocavam nos mais diversos conflitos. Dessa forma, a América Latina, área de influência norte-americana, foi relegada a um segundo plano. Essa negligência sofreu alterações depois da Revolução Cubana, que instaurou um governo comunista a alguns quilômetros

dos EUA. Já em 1970, o receio norte-americano aumentou consideravelmente, quando Salvador Allende vencera as eleições no Chile e se tornara o primeiro presidente socialista no poder pelo voto. O governo dos EUA reforçou o apoio às ditaduras recém-instaladas no continente e incentivou abertamente tomada de poder por grupos favoráveis a seus ideais.

No fim da década de 70, de acordo com Aron (2002), a guerra fria presenciou significativas mudanças. Notavam-se uma aproximação (também denominada *detente*) entre os EUA e a URSS, simbolizada essencialmente pelo SALT², a incapacidade dos EUA de impedir revoluções sociais e políticas que provocassem transferência de lealdade em certos países e a redução da margem de superioridade da economia norte-americana, com relação a seus competidores comerciais, bem como a crise do dólar.³

A guerra fria para os EUA e seus países satélites foi focalizada principalmente no entendimento da necessidade de combate ao comunismo e defesa dos valores capitalistas. Na opinião do Pe. Joseph Comblin (1978, p. 44), para o Ocidente “[...] a guerra revolucionária é a nova estratégia do comunismo internacional.” Compreendia-se que a União soviética incitava grupos subversivos a planejarem movimentos de guerrilha e tomada do poder ao redor do globo.

A guerrilha traria uma série de novos desafios aos governos aliados. Pela própria lógica do conceito, de acordo com Pe. Joseph Comblin (1978, p. 49),

[...] o inimigo é indefinido, serve-se do mimetismo e adapta-se a qualquer ambiente, utilizando todos os meios, lícitos ou ilícitos, para atingir seus objetivos. Mascara-se de padre ou professor, de aluno ou camponês, de vigilante defensor da democracia ou de intelectual avançado.

A luta aqui não é entre soldados devidamente fardados e de fácil identificação, mas entre o governo e alguns de seus cidadãos que

² Acordos de limitação de armas estratégicas. “Os acordos SALT se inspiram na doutrina do controle de armamentos (*armscontrol*), cuja idéia principal pode ser expressa assim: estabelecer uma tal relação de armamentos que nenhuma das superpotências se veja tentada a empregá-los.” ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Ed. da UnB-Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 32.

³ *Ibid.*, p. 44.

facilmente se misturam na população. Instala-se então um problema fundamental: demarcar e localizar esse inimigo. Nesse sentido, destaca-se o trabalho da inteligência a fim de coletar e filtrar as informações relevantes para o desbaratamento dos grupos subversivos. Esse trabalho seria um trabalho de polícia, mas com a eclosão do golpe militar no Brasil e nos demais países da América do Sul, as forças armadas assumiram a tarefa. Historicamente, pode-se dizer que o exército é empregado essencialmente na guerra e que visa à prostração ou, mais freqüentemente, a eliminação física do oponente (simbolizado pelos exércitos inimigos). Ao transpor essa lógica para o combate da guerra revolucionária, as ditaduras militares parecem manter o ideal da eliminação física da eliminação, ao invés do tradicional trabalho de toda a instituição de Justiça Penal. Apesar de as mortes ou “desaparecimentos” perpetuados pelo Exército Brasileiro terem ficado aquém dos similares governos militares na América Latina, como no Chile e na Argentina, a assimilação da doutrina de Segurança Nacional “justificou” vários abusos.

Para Pe. Joseph Comblin (1978, p. 17), a doutrina de Segurança Nacional inverte a fórmula de Clausewitz: “A política [...] seria a continuação da guerra por outros meios.” A doutrina acompanha a geopolítica e fornece o fundamento científico de nação e de bipolaridade, transpondo o conceito de guerra para os assuntos domésticos (de polícia, política e ideológicos). Segundo Pe. Joseph Comblin (1972), de acordo com a doutrina de segurança nacional, o Ocidente estaria engajado em uma “guerra total” que colocaria em risco a própria sobrevivência. Dessa forma, não haveria espaços para constrangimentos, morais ou legais, no combate aos oponentes. Com essa justificativa, estava aberto o caminho para a legitimação da tortura.

Além disso, o autor ainda afirma que os militares que eram treinados em academias militares norte-americanas. Eram preparados para assumir o poder, com base na idéia de que os civis não conseguiriam deter o avanço comunista e que só os militares poderiam construir uma nação⁴. Perante essa ameaça, somente as Forças Armadas, que não participavam de partidos ou grupos políticos, poderiam servir a nação. O Exército se tornaria então seu maior defensor.

⁴ Ibid., p. 143.

3 BRASIL E GOLPE MILITAR

Jânio Quadros, o presidente eleito que recebera a maior votação da história brasileira até então, herdou um governo em uma delicada posição sob a sombra do desenvolvimento econômico do governo de Juscelino Kubitschek, mas com uma considerável inflação e dependência crescente em relação ao capital internacional. Ademais, “[...] a direita doméstica e os EUA reprovaram sua política externa⁵.” Entre alguns pontos de descontentamento estão a postura política de apoio à luta pela independência das colônias africanas, as iniciativas de reestabelecimento das relações diplomáticas e comerciais com os países socialistas, a defesa da não-ingerência em relação à Revolução Cubana e o discurso nacionalista e terceiro mundista.

Sob pressão e em um frustrado plano político, Jânio renunciou em 1961, e seu vice, João Goulart, assumiu o governo com as mais diversas restrições políticas, por causa de suspeitas ideológicas que o ligassem com o comunismo. Em 1962, “Jango” atraiu mais ainda as atenções para o Brasil, ao se recusar a apoiar a expulsão de Cuba da OEA, em 1962. No mesmo ano, a crise dos mísseis naquele país “[...] produziu um endurecimento por parte dos EUA em relação à Política Externa Independente de ‘Jango.’”⁶

Diante desses acontecimentos, Washington viria a apoiar o golpe militar no Brasil em 1964. Como prova dessa postura, pode-se levar em consideração a operação Brother Sam⁷ que “[...] previa o desembarque de tropas em defesa do novo governo brasileiro”, se ocorresse uma resistência mais rígida ao mesmo. Vale notar que os EUA reconheceram imediatamente o governo militar.

Castelo Branco assumiu prometendo eliminar o perigo comunista do País. Para ajudar a estabilizar o regime militar, o governo norte-americano e instituições sob seu controle socorreram (financeiramente) imediatamente os militares brasileiros. O governo logo se impôs com retidão, adotando medidas repressivas contra os não simpatizantes. Dentre elas

⁵ VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A política externa do regime militar brasileiro: multilateralismo, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985)**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998. p. 22.

⁶ Ibid., p. 23.

⁷ Ibid., p. 23.

destacavam-se cassação de direitos políticos, exílio de opositores, transferência de militares nacionalistas para a reserva e prisões de suspeitos comunistas.

Passado o choque da mudança do regime político, pouco a pouco a oposição começou a se organizar e se fazer ouvir. Já em 1967 os crescentes problemas se tornaram claros. Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda lideravam o movimento de oposição lançando a Frente Ampla, seguido da eclosão de movimentos estudantis materializado em grandes passeatas. No governo de Costa e Silva, notavam-se o fortalecimento da luta interna dentro do novo governo e um descontentamento gerado pela política econômica de Castelo Branco. Diante da reverberação da oposição, o regime se endureceu, e foi lançado o AI-5.

Entretanto, problemas de saúde prejudicaram Costa e Silva, tornando-o inapto para continuar no poder. Formou-se então uma junta militar que impediu o vice (que era um civil) de Costa e Silva a assumir e que tornou inflexível o sistema político, introduzindo a pena de morte, uma nova lei de segurança nacional mais rígida e o expurgo nas forças militares para afastar os não simpatizantes ao governo. O nome do novo presidente escolhido foi o do chefe do Serviço Nacional de Informação, o General Emílio Médici.

Paralelamente ao endurecimento do regime, surgiram, no fim da década de 60, uma forte presença de partidos e grupos engajados na luta armada contra o governo, em sua maioria composto de simpatizantes comunistas ou estudantes. Todavia, mal organizados e sem diretrizes bem definidas, a oposição foi praticamente desbaratada em sua totalidade até 1971. O governo aumentou seus mecanismos de repressão diante do surgimento de ações terroristas, visando à intimidação da oposição e também da população. Foi nesse momento que as denúncias de tortura alcançaram seus maiores números.

Por outro lado, paradoxalmente, enquanto o endurecimento da repressão minava o apoio popular ao governo, o setor econômico o fortalecia. O Brasil presenciou o então “milagre econômico”, liderado pelo ministro da Fazenda, Delfim Neto. Com uma considerável atração de capitais estrangeiros e um investimento do governo na melhora da infra-estrutura do País, o Brasil presenciou um crescimento notável de 10% da economia por ano. Dessa forma, “Médici obtinha, no plano interno, sua legitimidade⁸.”

⁸ Ibid., p. 45.

4 POLÍTICA EXTERNA NORTE-AMERICANA E DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL

Com a revolução Cubana eclodindo no centro do Continente Americano, os EUA voltaram sua atenção para a América Latina, buscando formas para impedir o crescimento de simpatizantes comunistas no mundo capitalista. De acordo com Mariana Pimenta Bacarrini (2004), a política externa norte-americana fundia a diplomacia e a guerra, gerando um novo tipo de políticos, para os quais a utilização da violência ou da não-violência seria indiferente. A segurança passou a ser vista como objetivo fundamental da guerra fria. Dessa forma, segundo a autora, a política externa norte-americana se dedica na formação e consolidação de alianças contra o comunismo, com especial atenção no continente americano.

A materialização dessa ideologia viria por intermédio do desenvolvimento da doutrina de Segurança Nacional, criada nos EUA e aprimorada em suas academias militares. Seriam nessas escolas que os militares brasileiros iriam realizar seus cursos e treinamentos. De acordo com Pe. Joseph Comblin (1972) foi a doutrina de Segurança Nacional que levou os EUA a promoverem e manterem as ditaduras militares nos Estados satélites, entre estes o Brasil. A doutrina poderia fornecer intrinsecamente a estrutura necessária à instalação ou à manutenção de um Estado forte ou de uma determinada ordem social.

Para Pe. Joseph Comblin (1978), os elementos da doutrina Nacional de Segurança eram quatro:

- a) objetivos nacionais. Também eram interpretados como as metas de guerra. Citando José Alfredo Gurgel, ele delimita os essenciais como integridade territorial, integridade nacional, democracia, progresso, paz social e soberania. Entretanto no cenário da guerra fria, esses eram condensados em uma estratégia anticomunista ocidental;
- b) segurança nacional (preventiva ou repressiva). Entendida como a capacidade que o Estado dá à nação para impor seus objetivos a todas as forças oponentes, ou seja, a força do Estado para derrotar os oponentes e garantir a obtenção de seus objetivos, não importando os meios (violentos ou não);
- c) poder nacional. O conjunto de meios de ação dos quais o Estado pode dispor para impor sua vontade faz intervir o fim, mas nunca os meios que podem ser políticos, psicossociais ou militares;
- d) estratégia nacional. A arte de preparar e aplicar o poder nacional para obter ou manter os objetivos fixados pela política nacional.

Além do plano ideológico na diplomacia norte-americana nos assuntos sobre a segurança continental, como no caso da criação do TIAR, os norte-americanos influenciavam diretamente os setores militares dos países latino-americanos sob sua influência. Dentre essas ações, Pe. Joseph Comblin (1972) destaca: reuniões dos chefes militares dos países envolvidos, programas de ajuda ou de venda de armas e treinamento de oficiais e especialistas em escolas militares norte-americanas especializadas em guerras revolucionárias. Em fim de 1975, 71.651 oficiais latino-americanos já tinham passado pelas academias militares nos EUA. Algumas escolas se destacavam: o Colégio Interamericano de Defesa (IADC), em Washington – ajudava a formular a estratégia a ser sugerida aos exércitos do continente; o curso do Fort Bragg N. C., na escola J. F. Kennedy de Assistência Militar – especializada na luta antiguerrilha. A própria Escola Superior de Guerra foi criada nos moldes da National War College de Washington.⁹

Uma vez assimilada a doutrina, as portas para inserir um forte aparato repressor no Brasil foram abertas. De acordo com sua ideologia, a Segurança Nacional não comporta nenhum limite. Nesse cenário, a tortura dos suspeitos comunistas estava justificada para garantir a sobrevivência da nação. De acordo com Amado Luiz Cervo (1992), com o AI-5, o recrudescimento da guerrilha e o combate à subversão, os EUA criticavam o governo brasileiro, mas continuavam a apoiar os projetos de cooperação para o combate à oposição. Foi somente em 1977, com o governo de Carter, que as críticas por desrespeito aos direitos humanos deixaram de ser retóricas.

5 POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E SUAS RELAÇÕES COM OS EUA

Logo ao assumir a Presidência, Castelo Branco e seu ministro das Relações Exteriores, Vasco Leitão da Cunha, “desmantelaram” os princípios da política externa independente, como afirma Amado Luiz Cervo (1992, p. 332), “[...] em face da divisão bipolar do mundo e a hegemonia norte-americana sobre a América Latina.” Eles criticavam a política neutralista, o nacionalismo prejudicial que afugentava o capital estrangei-

⁹ COMBLIN, Pe. Joseph. **A ideologia da segurança nacional**: o poder militar na América Latina. 2. ed. Tradução de A. Veiga Fialho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 151

ro e a estatização que obstruía o desenvolvimento da livre empresa. Foi buscado então um alinhamento com a política externa dos EUA. Ela, para Paulo Fagundes Vizentini (1998, p. 10), “[...] enfatizava a ordem interna, as fronteiras ideológicas da segurança Nacional antiesquerdista e o ajuste econômico interno e o externo de corte liberal.”

Paulo Fagundes Vizentini (1998) acredita que a subordinação brasileira aos EUA foi oferecida em troca do apoio político, diplomático, ideológico e militar. A Diplomacia brasileira esperava um tratamento diferenciado na região. Apesar do desejo de apoio prioritário e do alinhamento à política dos EUA, porém, quanto mais o Brasil colaborava menos se fazia necessário pagar pela colaboração, possibilitando-se desviar os recursos norte-americanos para áreas mais problemáticas.

Amado Luiz Cervo (1992, p. 333) destaca alguns pontos que nortearam a política externa brasileira de 1964 a 1967: bipolarismo, contradição entre a tendência universalista e nacionalista.

O bipolarismo foi a divisão em dois blocos da guerra fria – um nítido reflexo na estratégia da política externa. Ela definiu uma aproximação com os EUA e a abertura econômica do País de forma articulada com a ideologia anticomunista e a geopolítica dos blocos antagônicos. Além disso, foi responsável pela importação da doutrina da Segurança Nacional e o conceito de segurança coletiva. Vale enfatizar que, ao assumir tal proposta, o governo reforçou a noção do inimigo interno e deslocou as Forças Armadas para o papel de polícia. Ademais, o Brasil rompeu relações diplomáticas com Cuba, logo no início do governo, por causa de influências subversivas contra a Segurança Nacional. “Em nota à imprensa, o Itamaraty explicou a medida por razões ideológicas”. O governo esperava uma atração considerável do capital internacional, uma vez ofertadas as condições de livre mercado e não-intervenção estatal. Corroborando com tal ponto, em 1965 o governo chegou a fechar um acordo bilateral de garantia de investimentos privados com os EUA.

Por contradição entre a tendência universalista e nacionalista, apesar do alinhamento com os EUA e o Ocidente, o governo não abandonou completamente as tendências universalistas nem se predispôs a seguir automaticamente a política das grandes potências. O universalismo pode ser explicado por uma percepção do início da tendência pragmática da política externa que amadureceria mais tarde. O Brasil criou o maior parque industrial da América Latina, mas seu mercado consumidor era restrito. Uma vez que os países ricos impunham barreiras à comercialização

com restrições políticas ou ideológicas rígidas demais, justifica-se na política externa uma busca por novas relações comerciais e diplomáticas.

De acordo com Paulo Fagundes Vizentini (1998), Castelo Branco era próximo ao grupo da Escola Superior de Guerra (ESG), de linha “liberal-internacionalista”, isto é, adepto de uma intervenção política mais limitada e defensor da estreita cooperação com os EUA e o capital estrangeiro. A ESG propunha um liberalismo econômico e tentava instalar uma ditadura militar “saneadora” para defender a democracia ameaçada pelo suposto “perigo comunista” contido na radicalização do populismo. Já Costa e Silva era adepto do grupo linha dura que apoiava o desenvolvimento nacionalista, o que dirigiria as mudanças na política externa do País.

Mesmo com as “frustrações” referentes ao apoio norte-americano, Costa e Silva assumiu o governo e introduziu uma política externa mais madura e menos inocente que a anterior, o que o levou, em algumas vezes, ao confronto direto com Washington. Uma das principais características da política externa, influenciada pela *dentente*, foi a visão da mudança do diálogo Leste-Oeste para o Norte-Sul. Como consequência dessa nova visão, o Brasil motivou decisivamente os demais países do Terceiro Mundo, chegando a liderar o Grupo dos 77. De acordo com Amado Luiz Cervo, o termo “relações especiais”, ainda utilizado ao se referir às relações políticas entre o Brasil e os Estados Unidos, já não expressava uma diretriz real, mas um instrumento de retórica.

Em função da *detente*, o Brasil re-avaliou sua política externa e retomou os princípios anteriores a Castelo Branco em favor do desenvolvimento. Percebeu-se, conseqüentemente, um acelerado desenvolvimento econômico de 1968 a 1973. Para Amado Luiz Cervo (1992), a Diplomacia foi concebida e mantida como instrumento do expansionismo econômico e do nacionalismo, destinando-se a suprir a sociedade e o Estado de condições e meios adequados a impulsionar o desenvolvimento, o mais autônomo possível.

Com o afastamento em relação aos EUA, a política externa buscou novas propostas e relações comerciais, substituindo as relações Leste-Oeste por um novo eixo norte-sul. De acordo com Amado Luiz Cervo (1992), a estratégia consistia em pleitear o acesso de manufaturados ao Primeiro Mundo e novos acordos sobre matérias-primas. O Brasil buscou uma maior aproximação com a Ásia e a África para materializar suas reivindicações em resoluções para o desenvolvimento em organizações internacionais, principalmente no fórum da UNCTAD. Nesse sentido, percebeu-se uma mudança no conceito orientador de Segurança Nacional para segurança econômica coletiva atrelada ao desenvolvimento das nações.

A falência do ideal de segurança coletiva na política externa brasileira¹⁰ dificultou ainda mais as relações Brasil-EUA, passando-se a interpretar o sistema bipolar como um entrave ao desenvolvimento. Amado Luiz Cervo (1992) defende que o alinhamento, a aliança e as relações especiais não podiam constituir uma prioridade, porquanto os interesses nacionais produziam atritos que colocavam em riscos o entendimento bilateral. Além disso, outras divergências prejudicaram as relações diplomáticas entre os dois países, sendo as mais notáveis o choque sobre os acordos de não-proliferação nuclear, as limitações sobre o café solúvel, as negociações sobre os fretes bilaterais e o comércio de têxteis, cacau e açúcar.

No governo seguinte, notou-se o início de uma postura mais pragmática na política externa¹¹, que se fortaleceria nos anos seguintes, substituindo o discurso politizado pró-Terceiro Mundo, de Costa e Silva. Médici não queria que o Brasil fosse “diluído numa política uniforme para a América Latina”. Então buscou uma maior aproximação com os EUA, positivamente retribuída por Nixon, que apoiava o reatamento das relações bilaterais e também a forte repressão política do governo.

Nesse período de “milagre econômico”, observou-se uma concepção de que segurança e desenvolvimento eram componentes inseparáveis. E especificamente no âmbito da segurança, a articulação com a política externa continuava e processava-se ideologicamente, por meio da doutrina de Segurança Nacional, cujo conteúdo geopolítico e estratégico definia a necessidade de preservar as fronteiras ideológicas. Foi no governo de Médici que o regime atingiu o ponto máximo de “endurecimento” do aparato repressivo e o momento em que a tortura mais foi utilizada pelas agências de segurança e inteligência.

6 TORTURA COMO UM MECANISMO DE REPRESSÃO ESTATAL E INFLUÊNCIA NORTE-AMERICANA

Os primeiros registros de torturas datam de aproximadamente 500 anos a.C. O pensador iluminista Pietro Vierri produziu um dos mais anti-

¹⁰ A prova dessa falência se deu quando “Costa e Silva nem sequer compareceu à reunião de julho de 1967, da OEA”. CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política externa brasileira**. São Paulo: Ática, 1992. p. 364.

¹¹ Vide VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A política externa do regime militar brasileiro: multilateralismo, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985)**. Porto Alegre. Ed. UFRGS 1998. p. 143-148.

gos e importantes trabalhos sobre o tema: *Observações sobre a tortura*. Suas pesquisas remontam aos primeiros registros de tortura da história, ordenados por Torquino, o *Soberbo*, último rei de Roma que governou a cidade de 534 a 510 a.C. Já a primeira proibição por lei da tortura nos é apresentada por Dalmo de Abreu Dallari, no prefácio da mesma obra. O acontecimento se deu no ano de 1776, quando a imperatriz da Alemanha, Maria Teresa da Áustria, decretou a abolição da tortura em todos os Estados integrantes do Império.

Já na atualidade, observam-se vários acordos internacionais acerca do tema e que visam à erradicação completa dos mecanismos dos Estados e da sociedade. Entre os mais importantes, está a Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes, realizada e assinada no fórum das Nações Unidas, em 15/2/1981. O acordo define a tortura como:

[...] qualquer ato pelo qual dores ou sofrimentos agudos, físicos ou mentais são infringidos intencionalmente a uma pessoa a fim de obter, dela ou de terceiros, informações ou confissões de castigá-la por ato que ela ou uma terceira tenha cometido, ou seja, suspeita de cometido; de intimidar ou coagir essa pessoa ou outras; ou por qualquer motivo baseado em discriminação de qualquer natureza; quando tais dores, ou sofrimentos são infringidos por um funcionário público ou outra pessoa no exercício de funções públicas, por sua instigação, ou com o seu consentimento ou aquiescência.

A tortura é comumente compreendida como um ato de brutalidade perversa disfarçada sob a capa jurídica dos atos institucionais e a Segurança Nacional. Rodolfo Konder (1988, p. 240) enfatiza que ela é

[...] um fenômeno mais complexo do que parece a primeira vista. Não se limita ao comportamento sádico de alguns, diante da perplexidade desarmada de outros. Vai bem além disso. É resultado de uma vontade política, de governos autoritários ou totalitários. Faz parte de uma estratégia de segurança [...] para exercer sua política de dominação.

Entre seus objetivos mais comuns encontram-se: intimidação de dissidentes para afastá-los da atividade política, castigo ou busca de informações. Para Maren Vinar (1992, p. 120),

[...] o efeito buscado é a intimidação e a paralisia, o “Não se meta nisso”. Pois, além do horror cotidiano, há o grande horror da prisão e da tortura que serve, em sua virtualidade sempre presente,

para dar veracidade à ameaça não somente a morte e o desaparecimento, mas pior ainda, a agonia infinita de uma tortura sofisticada até a destruição.

Pode-se afirmar que se encontra um fator multiplicador do medo intrinsecamente conectado à tortura, pois amedronta a sociedade, inibindo o recrutamento e os simpatizantes da oposição. Geralmente a tortura significa isolamento, seqüestro, detenção secreta e incomunicabilidade. A vítima não tem acesso a qualquer tipo de assistência especializada, ficando isolada. De acordo com Michel Foucault (1997), quando usada como um instrumento de investigação, a tortura transforma-se para a vítima num tormento maior que a própria pena.¹²

No Brasil, a tortura foi institucionalizada pelo regime militar como um instrumento cotidiano da comunidade de inteligência. No auge da repressão militar, a tortura chegou a alcançar o número de 1.200 denúncias por ano, enquanto a Anistia Internacional divulgava um relatório listando o nome de 472 torturadores. Nos momentos de maior endurecimento, a censura era tanta que até as más notícias sobre a queda da Bolsa de Valores eram proibidas.

No regime, “a tortura passara a ser praticada como forma de interrogatório em diversas guarnições militares. Instalado como meio eficaz para combater a ‘corrupção e a subversão’, o governo atribuía-se a megalomaniaca tarefa de acabar com ambas”, na opinião de Elio Gaspari¹³ (2002, p. 134). Ela era justificada pela sua funcionalidade. O próprio General Geisel¹⁴ afirmou: “Acho que a tortura em certos casos torna-se necessária para obter confissão.” Os órgãos responsáveis por realizar as investigações e conseguir essas “confissões” eram, essencialmente ligados à polícia secreta das armas da força militar ou pela comunidade de inteligência, simbolizada pelo Serviço Nacional de Inteligência (SNI).

O Serviço Nacional de Inteligência, também denominado “Ministério do Silêncio”, foi criado por Golbery do Couto e Silva em 1964. O SNI era o núcleo de espionagem e repressão do Estado brasileiro. Com o endurecimento do regime, Paulo Fagundes Vizentini (1998), acredita que

¹² FOUCALT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1997.

¹³ GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**, São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 134.

¹⁴ GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**, São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 37.

ocorreu um fortalecimento da comunidade de Informação e Segurança como um núcleo detentor de uma capacidade de decisão quase autônoma, só respondendo ao próprio presidente. Mais tarde, uniu toda a Comunidade de inteligência das Armas do Exército, juntando os serviços secretos da Marinha, do Exército, da Aeronáutica e da Polícia em um só órgão centralizado.

O SNI possuía um considerável elo com a agência de inteligência norte-americana. A CIA enviava funcionários para auxiliar no desenvolvimento do serviço secreto brasileiro e fornecia informações diversas. Elio Gaspari¹⁵ (2002, p. 154) esclarece:

Desde de 1964, um acordo oral entre a CIA e o SNI estabeleceu que o serviço americano passaria a seu similar nacional informações disponíveis a respeito de atividades subversivas no Brasil.

Essas informações eram majoritariamente sobre simpatizantes comunistas que se capacitavam no exterior. Além do apoio norte-americano, o Brasil contava com acordos da Inglaterra, Portugal, Israel, Argentina e outros países engajados no combate ao comunismo internacional.

O Estado militar passava a acumular os serviços públicos e secretos. Suas ações no serviço secreto não sofriam de constrangimentos políticos ou legais, o que foi reforçado após o AI-5. Entre suas prerrogativas estavam: o direito de interrogar qualquer pessoa sobre qualquer assunto; liberdade para prender suspeitos sem ordem de prisão, se a Segurança Nacional estiver envolvida; poder de manter prisioneiros em lugares secretos; autorização para executar sumariamente e sumir com os corpos, entre outras.

A institucionalização da violência chegou a níveis chocantes. Helio Gaspari¹⁶ (2002, p. 360) relata uma aula de tortura, na qual 10 presos políticos ficaram sob a vista de mais ou menos 100 ouvintes das três armas das Forças Armadas. O Tenente “professor” Ailton demonstrava por meio de *slides* a parte teórica da tortura e as repetia com os presos, utilizando choques, palmatórias, pau-de-arara e outros métodos. Em cada técnica diferente, ele enfatizava os pontos positivos e negativos de cada uma. Esse exemplo histórico mostra claramente a efetivação da tortura como uma política de Estado.

¹⁵ Ibid., p. 154.

¹⁶ GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**, São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 360.

Mas o treinamento ao combate subversivo e revolucionário não cessa por aí. Influenciado pela doutrina de Segurança Nacional, grande parte do treinamento de oficiais das Forças Armadas brasileiras receberam uma capacitação nos EUA. Paulo Fagundes Vizentini (1998, p. 132) observa:

Enquanto a censura imperava, as forças armadas e a polícia criavam órgãos especiais de repressão, que praticavam largamente prisões arbitrárias, tortura, seqüestros e mortes, muitas vezes sob orientações de agentes norte-americanos.

Era óbvio que o governo norte-americano consentia com a tortura perpetuada no Brasil. Helio Gaspari (2002, p. 190) apresenta várias evidências de que os ensinamentos e a capacitação nas academias militares norte-americanas eram utilizados¹⁷ no aparato repressivo brasileiro:

Um manual de interrogatório da CIA ensinava, desde 1963, que, privadas dos estímulos sensoriais, as pessoas passavam por alucinações, desenvolviam superstições e afeiçoavam-se a qualquer coisa viva.

Esse método de tortura psicológica e moral desestruturava o preso, sem a necessidade de danos físicos seres perpetuados. Além disso, o autor demonstra dados comprovando que grande parte dos torturadores denunciados pelo projeto Grupo Tortura Nunca Mais passaram pelas academias militares dos EUA¹⁸. Em 1970, as forças armadas americanas haviam treinado 562 militares brasileiros e em 71 já tinham fechado negócio para a venda de 20 milhões de dólares em armas.

Mariana Pimenta Oliveira Baccharini (2004), escreveu que um dos primeiros enviados norte-americanos para ensinar os métodos de investigação e tortura no Brasil foi Dan Mittrione, instrutor em Belo Horizonte, ainda no início da ditadura, o qual utilizava mendigos para suas aulas práticas, a fim de que os alunos aprendessem as várias modalidades de

¹⁷ GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 190.

¹⁸ Vale notar que, apesar do argumento de Elio Gaspari, que permeia toda sua obra e sua crença em influência na tortura brasileira, o autor afirma que não existem provas concretas sobre o envolvimento direto de militares ou funcionários públicos norte-americanos nas torturas efetivadas pelo governo brasileiro. Vide GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 304.

criar, no preso, a suprema contradição entre o corpo e o espírito, atingindo-lhes os pontos vulneráveis. De acordo com a autora, durante o regime militar brasileiro, a tortura se tornou uma regra e não uma exceção nas práticas de interrogatório em um aparato repressivo nitidamente influenciado pela política externa dos EUA. A tortura encontrava seu fundamento ideológico e amparo na doutrina de Segurança Nacional, sufocando os direitos e a liberdade dos cidadãos e se tornando uma estratégia de manutenção do poder. Ou ainda, de acordo com Pe. Joseph Comblin (1978, p. 105). “A segurança nacional tornou-se o valor que apagava todos os outros, dentro das fronteiras e no estrangeiro.”

7 CONCLUSÃO

Diferente do que esperado pela doutrina de Segurança Nacional norte-americana e a ditadura militar brasileira, a efetivação de um forte aparato repressivo, representado aqui pela tortura não cumpriu um de seus papéis fundamentais: a intimidação da população. Ao contrário, a tortura acaba por deslegitimar o governo que a perpetua, tanto no cenário doméstico como no internacional, originando a cada dia novos opositores e críticos.

Helio Gaspari (2002) disserta sobre o assunto ao afirmar¹⁹ que a tortura

[...] a partir de 68 tornou-se inseparável da ditadura. Não há como entender os mecanismos de uma esquecendo-se a outra. De um lado a tortura dá eficácia à ordem ditatorial, mas de outro condiciona-a, impondo-lhe adversários e estreitando-lhe o corpo de ação política.

O autor²⁰ ainda apresenta a mesma idéia trabalhada pela própria oposição política do regime. A Ação Libertadora Nacional (ALN) concluiu que

[...] a crueldade dos fascistas que detêm o poder favoreceu o clima de guerra revolucionária, arrastando contra os militares brasileiros e a atual ditadura um número cada vez maior de inimigos. Já para o PC do B, “o AI-5 não é uma expressão de força. Revela bem ao contrário, debilidade da ditadura”.

¹⁹ GASPARI, Elio, *A ditadura escancarada*, São Paulo: Companhia das Letras, 2002. P. 27.

²⁰ GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*, São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 345.

É errado acreditar que a tortura possui uma eficácia em longo prazo. Até mesmo em curto prazo, a “confissão” conseguida pelos investigadores por meio da tortura não pode ser cem por cento confiável. Muitas vezes o suspeito afirma qualquer inverdade para escapar de mais dores físicas. Também²¹

[...] é falsa a suposição segundo a qual a tortura é praticada em defesa da sociedade. Ela é instrumento do Estado, não da lei. Pertence ao episódio fugaz do poder dos governantes e da noção que eles têm do mundo e, sobretudo, de seus povos.

Além disso, a institucionalização da tortura traz um perigoso risco ao Estado que a adota: a burocratização da violência ou a “banalização do mal” – fenômeno estudado pela filósofa Hannah Arendt, na obra *Eichman em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*²². É possível observar uma tendência para essa banalização do mal no Estado brasileiro no período da ditadura. Citam-se aqui dois exemplos. Ambos retirados da obra de Gaspari (2002)

Uma campanha do *Correio da Manhã*, jornal que há meses publicara denúncias de atos de tortura do novo governo, acusou uma agressão ainda maior e chocante: a tortura tornara-se um instrumento tão comum e recorrente do governo que parecia já não incomodar tanto a sociedade. Um editorial²³ declarava que o

[...] silêncio, e a própria freqüência com que se toma conhecimento das torturas, provocam uma reação ainda mais sinistra: verifica-se a tendência para cair numa gradual insensibilidade, esgotando-se a capacidade de sentir horror e revolta.

Em resposta às primeiras denúncias, no início do regime militar, o governo dizia investigar os casos de tortura, mas acabava por encobrir e

²¹ GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**, São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 25.

²² O livro foi resultado do acompanhamento do julgamento dos atos de Eichman, alto funcionário do governo nazista alemão, responsável por enviar os judeus nos “trens da morte” para os campos de extermínio. A autora relata os acontecimentos relacionados ao julgamento e, principalmente, demonstra que o réu era incapaz de julgar as atrocidades dos seus atos, se mostrando distante do “monstro” que seus acusadores esperavam encontrar. Ver: ARENDT, Hannah, **Eichman em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

²³ CORREIO DA MANHÃ, 8 jul. 1964. In: GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 143.

amenizá-los. Logo a censura começou a tomar uma forma mais definida, até chegar ao ponto em que a campanha contra a tortura foi considerada uma “questão de opinião²⁴” difamatória contra o governo. “Negar a tortura significava defender o regime. Denunciá-la ou confirmá-la era atacá-lo²⁵”. Assim, a tortura tinha que ser vista como algo natural e que fazer parte do novo sistema político.

Um outro acontecimento foi o centro de informação do Estado produzir uma apostila intitulada “Interrogatório” que autorizava, orientava e delimitava a tortura²⁶. Não obstante, os investigadores/torturadores eram recompensados com a “Medalha do Pacificador” pela eficiência de seus trabalhos. “Quando a tortura é levada para dentro de instituições hierarquizadas e fortemente disciplinadas, produz-se uma burocracia da violência²⁷”. O perigo desse fenômeno é que a tortura passou a ser parte normal e cotidiana do trabalho das Forças Armadas. Essa roupagem amoral que a política de Estado fornece acaba por retirar do indivíduo a capacidade de julgamento moral de seus atos.

A doutrina da Segurança Nacional difundida pela política externa norte-americana e prontamente assimilada pela nacional parece justificar tudo isso. Não há dúvidas de que em tempos de guerra, como a pronunciada de então e ainda que uma guerra fria, a Segurança Nacional tenha um preço. Mas esse preço não pode ser, em hipótese alguma, a insegurança de todos os outros e a cassação dos direitos humanos.

²⁴ Ver: GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

²⁵ GASPARI, Elio, *A ditadura envergonhada*, São Paulo. Companhia das Letras, 2002. P. 149.

²⁶ Para saber mais GASPARI, Elio, *A ditadura escancarada*, São Paulo. Companhia das Letras, 2002.

²⁷ GASPARI, Elio, *A ditadura escancarada*, São Paulo. Companhia das Letras, 2002. P. 24.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **Eichman em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. Tradução de Sérgio Bath. Brasília. Ed. da UnB-Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

BACCARINI, Mariana Pimenta Oliveira. **A influência norte-americana na formação do aparato repressivo da ditadura militar brasileira**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Curso de Relações Internacionais, PUC Minas, Belo Horizonte, 2005.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política externa brasileira**. São Paulo: Ática, 1992.

COMBLIN, Pe. Joseph. **A ideologia da segurança nacional**: o poder militar na América Latina. 2. ed. Tradução de A. Veiga Fialho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1997.

GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KONDER, Rodolfo. **Anistia internacional**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1988.

VIERRI, Pietro. **Observações sobre a tortura**. Tradução de Federico Caroti. São Paulo: Martins Fontes, 1992

VINAR, Maren. **Exílio e tortura**. Tradução de Wladimir Barreto. Lisboa-São Paulo: Escuta, 1992.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A política externa do regime militar brasileiro**: multilateralismo, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985). Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998.

Artigo recebido em 28/8/2008.
Aprovado para publicação em 10/9/2008.